



**Área desertificada na comunidade Vaqueta no município de Gilbués, Piauí:  
Proposta de intervenção alternativa por meio de práticas agroecológicas.**  
*Desertified area in the Vaqueta community in the municipality of Gilbués, Piauí:  
Proposal for alternative intervention through agroecological practices.*

TEIXEIRA, M. O.<sup>1</sup>; SANTANA, E. J.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> UFPI, matheusolite@ gmail.com; <sup>2</sup> UFPI, eduardosantanak9@gmail.com

**Eixo temático: Desertificação, água e resiliência socioecológica às mudanças climáticas e outros**

**Resumo:** No Brasil as áreas desertificadas ocupam uma área superior a 1.340.000 Km<sup>2</sup>, onde atinge diretamente mais de 30 milhões de pessoas. A carência de assistência técnica nessas regiões dificulta muito a adoção de práticas que assegure a produção. Frente a isso a agroecologia surge como ferramenta para assegurar a produção. Através de um questionário foi avaliado o conhecimento dos moradores acerca dos temas agroecologia e áreas desertificadas. Onde observou-se que alguns dos entrevistados ainda não tem o conhecimento do que são áreas desertificadas, apesar de estarem inseridos dentro de um núcleo de desertificação, e que 92% dos entrevistados não sabem o que são práticas agroecológicas. Diante dos dados analisados notou-se a necessidade de assistência técnica com práticas agroecológicas aos moradores, para assegurar a produção sustentável nessas áreas.

**Palavras-chave:** agroecologia; agricultura familiar; degradação.

**Keywords:** agroecology; family farming; degradation.

## **Introdução**

O MMA (Ministério do Meio Ambiente) (BRASIL, 2019), define áreas desertificadas, como a degradação ambiental nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, podendo ser o resultado de diversos fatores e vetores, desde variações climáticas a ações antrópicas, como exemplo o uso indiscriminado dos recursos florestais nestas regiões para a formação de pasto, sem a adoção de um plano de manejo sustentável. Outros vetores são o superpastoreio, através da pecuária extensiva e a mineração indiscriminada.

No Brasil a área desertificada ocupa uma área maior que 1.340.000 Km<sup>2</sup>, atingindo diretamente mais de 30 milhões de pessoas (BRASIL, 2007). Segundo o Plano Nacional de Combate à Desertificação (PNCD), mais de 20% da área semiárida do Nordeste se encontra em estado de degradação. Um destaque dessas áreas, está no município de Gilbués, no estado do Piauí, onde apresenta processos de desertificação fortes, bem evidentes, junto com o município de Monte Alegre formam um núcleo de desertificação de aproximadamente 6.131 Km<sup>2</sup> (ACCIOLY, 2011; ANGOLA e REJANE, 2018). E dentro desse município encontra-se o local em estudo, a comunidade Vaqueta.



Os solos degradados geralmente são rasos, apresentando limitações físicas e químicas, que além de favorecerem a erosão superficial, reduzem o potencial do uso do solo para produção de bens e serviços. Plantas não conseguem se fixar, ou quando se fixam não conseguem se desenvolver pela falta de nutrientes no solo e pela dificuldade do solo em absorver água, quanto a vegetação nativa a regeneração ocorre de forma lenta (GALINDO et al., 2008). Devido a esses fatores a produção é limitada por parte dos agricultores familiares, sendo necessário Políticas públicas de ATER, que preste as devidas informações para as comunidades da localidade.

A carência por assistência técnica, dificulta a divulgação do conhecimento para o controle e recuperação de áreas desertificadas. A agroecologia surgiu como a solução para esse problema, através de suas práticas e formatos de produção, que durante anos vem sendo divulgadas e trabalhadas pela ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e a ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), ONG's (Organizações Não-Governamentais) (ANGOLA e REJANE, 2018), comunidades tradicionais e comunidades rurais que trabalham essa temática, para um melhor aproveitamento dessas áreas de forma sustentável.

O uso de agrossistemas, já tem se mostrado efetivo aos produtores rurais que adotaram, onde conseguem produzir bem os alimentos, gerando renda, respeitando o meio ambiente e os trabalhadores e trabalhadoras, mostrando que a agroecologia é uma forma bastante satisfatória para o combate da desertificação (ANGOLA e REJANE, 2018). Os mesmos autores acrescentam que a agroecologia vem sendo apontado por diversos órgãos, como a única forma de dobrar a produção de alimento no mundo em dez anos, enfrentando mudanças climáticas, preservando e recuperando a biodiversidade. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo levantar informações sobre o conhecimento dos moradores a respeito da utilização da agroecologia em áreas desertificadas.

## **Metodologia**

O presente trabalho foi realizado na comunidade Vaqueta no município de Gilbués, Piauí. A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada por meio da aplicação de um questionário, como fonte principal da coleta de dados, seguido de uma conversa com cada morador. O questionário consistia em perguntas de múltipla escolha com a temática desertificação e agroecologia, com o intuito de levantar informações do conhecimento dos moradores acerca dos temas propostos, e uma pergunta aberta para saber o que produziam na área.

## **Resultados e Discussão**

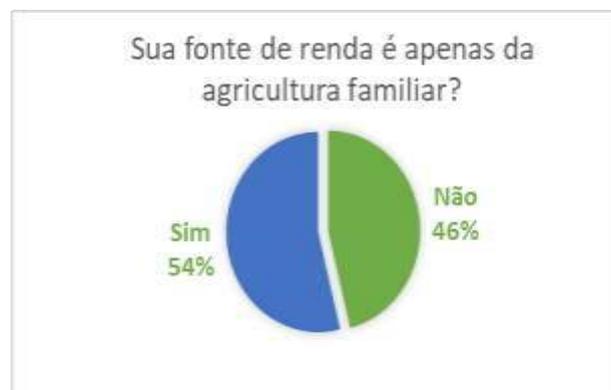
Foram entrevistados 13 moradores, todos agricultores familiares, destes, pouco menos da metade eram mulheres, destacando a presença da mulher no campo. Durante o diálogo com os moradores, observou-se que os mesmos tinham



dificuldades na produção de alimentos, devido as características edafoclimáticas da região, além dessas, a falta de conhecimento técnico na forma de produção é um fator limitante, onde percebeu-se a necessidade de uma assistência técnica para os produtores rurais.

Ao analisar o questionário observou-se que mais da metade dos moradores sabiam o que era uma área desertificada, na qual chamam de “malhada”, o restante, nem ao menos sabia que estava inserido dentro de uma. Apesar disso, todos os entrevistados acreditaram que as áreas desertificadas deveriam ser recuperadas. Após um questionamento sobre como isso poderia ser feito, a grande maioria não soube responder quais práticas poderiam ser utilizadas para alcançar tal objetivo.

Dos entrevistados, 77% sabiam que tais áreas deveriam ser recuperadas antes do seu uso. Porém, devido a realidade vivenciada pelos mesmos, fica impossível utilizar áreas que não estivessem degradadas, por estarem inseridos dentro de um grande núcleo de desertificação, sendo estas condições a única alternativa para produzirem. Após observar o questionário, notou-se que a maioria dos agricultores depende exclusivamente da agricultura familiar para sua sobrevivência (Gráfico 1). Perez-Martins e colaboradores (2013) afirmaram que cerca de 22 milhões de habitantes do semiárido brasileiro apresentam alta dependência da Caatinga, bioma predominante na área em estudo, para sua subsistência, mostrando a grande vulnerabilidade social, ambiental e econômica desses moradores.



**Figura 1.** Porcentagem de moradores que tem a renda familiar oriunda apenas da agricultura familiar.

Nessas áreas em estudo, os solos apresentam redução do potencial biológico, dificultando o estabelecimento de culturas e desenvolvimento da vegetação nativa, além disso os recursos hídricos também são afetados, limitando a produção de alimentos nessas regiões (ACCIOLLY, 2011).

Ao perguntar se conheciam práticas agroecológicas, apenas 1 dos entrevistados (8%) afirmava conhecer, enquanto para os demais o tema ainda era uma incógnita. Ao perguntar ao entrevistado onde havia aprendido sobre o tema, o mesmo afirmou



que havia aprendido em um minicurso técnico realizado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ao analisar tal situação pode-se pensar em uma possível parceria entre moradores e universidade, para extensão do conhecimento técnico adquirido pelos alunos e professores da universidade, em um trabalho como assistência técnica.

Após apresentar o que era a agroecologia e citar alguns exemplos de práticas agroecológicas, menos da metade afirmaram já ter utilizado uma dessas práticas para sua produção, e os demais que não utilizaram mostraram interesse em adotar tais práticas.

Por curiosidade para saber se descobriria uma nova prática utilizada pelos moradores, foi lhes perguntado se conheciam alguma estratégia para aumentar sua produção dentro da área desertificada, menos da metade (46%) respondeu que utilizavam apenas o esterco bovino curtido como adubo orgânico, onde afirmaram que ao usar tal técnica as plantas se desenvolviam melhor.

Ao perguntar quanto tempo os moradores produziam na área, todos afirmaram que desde que nasceram já se produzia na região, desde seus avós, passando por seus pais e chegando até aos seus filhos, onde no decorrer desse período não houve mudanças no processo de produção. Por curiosidade também foi lhes perguntado o que perceberam no decorrer desse período, e como resposta falaram que a produção diminuiu bastante e que está cada vez mais difícil de se produzir, onde muitos deixaram de produzir arroz, pela falta da chuva, sendo o arroz uma cultura que necessita de bastante água.

Como culturas bastantes plantadas, destaca-se o feijão, milho e mandioca, alguns ainda plantam banana, fava, hortaliças e verduras. Os entrevistados destacaram o uso de esterco curtido na produção de hortaliças e verduras. Observou-se ainda que poucos produtores ainda insistem no plantio do arroz, apesar de apresentar pouca produção. Quando perguntados se utilizaram agrotóxicos para o controle de pragas, apenas dois afirmaram utilizar, sem a utilização de EPI's (Equipamentos de Proteção Individuais), mesmo sabendo dos riscos. Os demais não utilizaram por não saberem como fazer uma aplicação correta e terem medo dos riscos.

## **Conclusões**

Em face ao exposto, conclui-se a necessidade de políticas públicas de ATER, que valorizem a produção por meio de práticas agroecológicas, afim de garantir uma produção sustentável, soberania alimentar e autonomia das famílias da comunidade em questão

## **Agradecimentos**



Aos moradores da comunidade Vaqueta, por compartilhar um pouco de sua história e pela sua recepção.

### Referências bibliográficas

ACCIOLLY, L. J. O. Degradação do solo e desertificação no nordeste do Brasil – Portal Dia de Campo. **Embrapa Solos**. 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/876529/1/DegradaAEodoSoloeDesertificaAEonoNordestedoBrasilPortalDiadeCampo.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

ANGOLA, C. de.; REJANE, K. Semiárido: “A agroecologia e a solução para a desertificação, afirma especialista”. **Brasil de Fato**. Ouricuri, Pernambuco. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/03/a-agroecologia-e-uma-das-formas-mais-eficientes-de-combater-a-desertificacao/>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil/ MMA. Secretaria de Recursos Hídricos**, Universidade Federal da Paraíba. Brasília, MMA. 134 p. 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão territorial – Desertificação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/perguntasfrequentes.html?catid=19>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

GALINDO, I. C. L. et al. Relações solo-vegetação em áreas sob processo de desertificação no município de Jataúba, PE. R. **Bras. Ci. Solo**, 32:1283-1296, 2008.

PEREZ-MARIN, A. M. et al. Núcleos de desertificação do semiárido brasileiro: ocorrência natural ou antrópica? *Parcerias Estratégicas*, v. 17, n. 34, p. 87-106, 2013.